

Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte

Síntese dos resultados

Teresa Costa*

Marco Liberato**

Resumo

Apresentam-se aqui as intervenções arqueológicas realizadas na envolvente da torre da vila de Evoramonte, no âmbito do projecto “*Requalificação Paisagística da Envolvente da Torre de Evoramonte (Estremoz) – QCA, III-PORA Castelo de Evoramonte, Estremoz*” constando das seguintes acções: sondagens de diagnóstico, escavação em área, acompanhamento arqueológico e intervenções de emergência.

De acordo com o Instituto Português do Património Arquitectónico - Direcção Regional de Évora (IPPAR-DRE) o principal objectivo seria a salvaguarda dos vestígios arqueológicos na área da afectação da obra, mas também a obtenção de seqüências estratigráficas reveladoras da ocupação antrópica do sítio. Assim, entre 2004 e 2005, foram identificadas estruturas e níveis arqueológicos que remetem para a ocupação

efectiva da área intramuros durante a Idade do Ferro, início da colonização no período Romano, um hiato até ao século XIII, data do repovoamento por D. Afonso III, e período de desenvolvimento urbanístico até meados do século XVI, época da construção da torre e data a partir da qual se assiste ao progressivo decréscimo populacional da vila de Evoramonte.

1. Introdução

A intervenção de que aqui se apresenta breve estudo situa-se na envolvente do Paço da Casa de Bragança da vila de Evoramonte, freguesia de Santa Maria, concelho de Estre-

* teresavioleta@gmail.com

** marcoliberato@gmail.com

moz, distrito de Évora. Estando abrangido por uma Zona de Especial Protecção (ZEP)¹ e dado o cariz da obra e a legislação em vigor, o IPPAR-DRE, no âmbito do citado projecto, considerou a execução de sondagens de diagnóstico prévias na área da afectação da obra. Determinou também a promoção de acções, cujo objectivo em termos arqueológicos seria “a salvaguarda, o registo e a recolha de toda a informação arqueológica eventualmente existente na área a afectar pela execução do projecto (...) e a sua interpretação com o conjunto edificado e urbano”².

Se exceptuarmos a escavação da cisterna pública, decorrida em 2002 sob a direcção de Adélia Morais e da qual se desconhecem os resultados, nunca a área intramuros do castelo de Evoramonte fora intervencionada em termos arqueológicos até à realização destes trabalhos. Não eram “(...) conhecidas, na área directamente afectada, nem a potência estratigráfica nem quaisquer achados de superfície que tornem previsível a detecção de quaisquer vestígios(...)”³.

Foram, assim, adjudicadas à Crivarque Lda as seguintes intervenções arqueológicas: sondagens de diagnóstico e escavação em área, acompanhamento arqueológico da requalificação paisagística e drenagem pluvial das muralhas do castelo, esta última ainda em fase de estudo preliminar. Decorrendo entre 2004 e 2005, estas vieram a revelar-se imprescindíveis, na medida em que permitiram a obtenção de seqüências estratigráficas reveladoras da ocupação humana do sítio.

A vila de Evoramonte, pela particularidade das suas condicionantes geomorfológicas, como a excepcional implantação em altura e o amplo controlo da paisagem propiciou, baseando-nos nos actuais dados arqueológicos, uma extensa ocupação antrópica, desde a Pré-História Recente até ao Período Moderno.

2. Enquadramento geomorfológico

Evoramonte situa-se no extremo ocidental da cordilheira da Serra de Ossa, a 474m de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas (Fig.1): M-36263,061; P-99424,396. “A Serra de Ossa é o relevo que domina toda a região penepalanizada, em que a zona de menor altitude corresponde em grande parte aos terrenos da Formação da Terena” (Carvalhosa et alii, 1987, p. 18). O conjunto de relevos periféricos que enquadram a área, o maciço calcário estremenho a Noroeste, as serras do litoral alentejano a Ocidente e a serra algarvia a Sul, contribuem para o isolamento em relação ao oceano, dando-se a acentuação do carácter continental do Alentejo (Alcoforado e Taborda, 1996-1997, p. 512).

De um modo geral verifica-se uma grande heterogeneidade

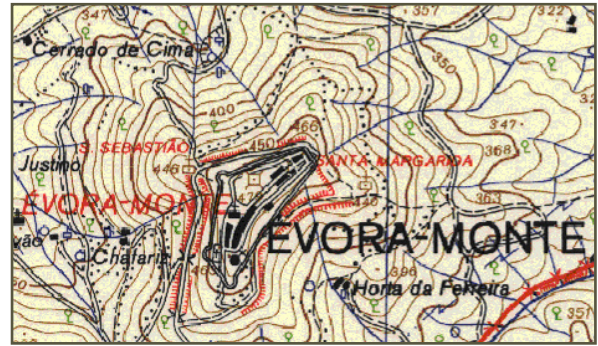


Fig.1 – Excerto da Carta Militar de Portugal 425

em termos geológicos, que se traduz em solos praticamente sem condições para a prática agrícola e com algumas limitações ao pastoreio. Os solos caracterizam-se pelo predomínio das classes D e E – solos mediterrâneos pardos, de gnaisses ou rochas afins da fase delgada – sendo a classe de declive superior a 25% na área de Evoramonte. Nas encostas e áreas circundantes persistem faixas entre as classes D e C, com limitações do solo na zona radicular e litossolos (solos esqueléticos) de gnaisses.

Os solos não são normalmente susceptíveis de utilização agrícola durante muitos anos, podendo ser usados como pastagem, na exploração dos matos ou da floresta. Os efeitos da erosão são severos com declives muito acentuados, persistindo a dificuldade de abastecimento de água durante praticamente todo o ano. Os afloramentos rochosos ou elementos grosseiros em elevada percentagem limitam a utilização do solo e, devido à elevada salinidade ou alcalinidade, só a vegetação muito resistente consegue brotar. Neste tipo de solo xistoso, o substrato vegetal arbóreo predominante são os sobreiros e as azinheiras.

A região é dominada pelas bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana, tendo a maior parte das ribeiras da rede hidrográfica orientação NW-SE e N-S. O programa hidromorfológico caracteriza-se por um escoamento superficial intenso, principalmente em Evoramonte, sendo o regime a Norte desta vila marcado pelas ribeiras de Alcaravissa e Tera, de carácter torrencial.

Os recursos minerais têm pouca expressão, à excepção dos filões de ferro-manganês em Vila Viçosa e no Alandroal e de cobre no eixo Alandroal-Bencatel.

3. Sondagens de diagnóstico e intervenções em área

A realização de oito sondagens arqueológicas de diagnóstico de 2x2m na envolvente do Paço de Bragança teve como objectivo primordial a minimização dos impactes negativos da obra em eventuais vestígios arqueológicos. Pretendia-se

1 - Monumento Nacional (MN) pela Protecção Legal do Dec.23-06-1910, na D.G. 2ªs., nº52 de 02/03/1972.

2 - Condições da Consulta do Caderno de Encargos “Sondagens arqueológicas de diagnóstico na envolvente da Torre de Evoramonte”, ponto 5 - Descrição dos trabalhos, facultado pelo IPPAR – Direcção Regional de Évora.

3 - Ibidem.

igualmente determinar se a torre havia sido edificada *ex-novo* ou sobre estruturas pré-existentes, bem como obter sequências estratigráficas que permitissem diacronicamente traçar a ocupação antrópica do sítio. Para tal era essencial aliar ao reconhecimento da estratigrafia, o estudo dos materiais exumados e das estruturas detectadas, avaliando não só individualmente a potência sedimentar de cada sondagem, mas também a sua leitura de conjunto em função da torre (Fig.2).

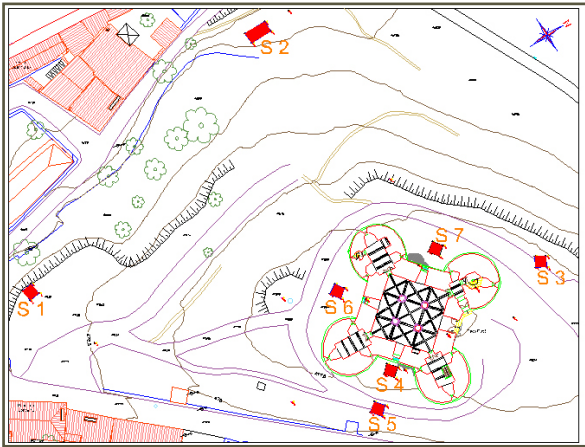


Fig.2 - Planta geral da área intervencionada com implantação das sondagens

Tendo em consideração as limitações deste tipo de trabalhos, procurou-se analisar os dados arqueológicos coadjuvados com os elementos históricos pesquisados nas diversas fontes bibliográficas. A par destas procedeu-se à recolha arquivística, nomeadamente no arquivo fotográfico da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, delegação de Évora, cujo registo fotográfico remonta a 1947 e às obras de reconstrução da torre efectuadas pela instituição. A partir destes dados elaborou-se um estudo fotográfico comparativo da evolução morfológica e arquitectónica da torre e do seu entorno na actualidade. A partir das perspectivas usadas em meados do século, procurou-se registar fotograficamente sob os mesmos ângulos relativamente à envolvente da torre. Verificaram-se ao nível da encosta processos de aterro nas vertentes Norte e Oeste e o acentuar do desnível em relação ao pano de muralha. As habitações no Largo do Pelourinho, que se estenderiam pela suave vertente até à torre, foram arrasadas e aterradas para parque de estacionamento. Refira-se ainda que a situação geográfica específica da vila e da própria torre expostas à agressividade dos processos erosivos facilitariam o arrastamento e a acumulação sedimentar, que justificam a presença de muros de contenção circundando o cabeço principal.

A metodologia aplicada às sondagens manuais seguiu os princípios da estratigrafia de Barker-Harris, tendo-se atingindo sempre o afloramento rochoso, exceptuando na sondagem 1, encerrada por motivos de segurança. Foram identificados contextos deposicionais distintos que, no caso das sondagens 5 e 7, pela importância dos achados, resultaram

no seu alargamento em área. Neste sentido, a inventariação e o estudo do espólio arqueológico exumado, para além do registo das suas características morfo-estilísticas, contribuiu para a integração cronológica das estruturas e níveis sedimentares.

Ainda assim, parte das unidades estratigráficas sedimentares reconhecidas apresentava sinais de revolvimento recente, principalmente nas camadas superficiais, abrangendo o espólio exumado um amplo âmbito cronológico, desde a Pré-História Recente até à Idade Contemporânea.

Segue-se a análise estratigráfica das oito sondagens arqueológicas.

Sondagem 1

Localizada no parque de estacionamento junto ao pelourinho e à estação de medição de fenómenos meteorológicos, a escavação desta sondagem foi interrompida por motivos de segurança, pela extensão do Crato do Instituto Português de Arqueologia e pelo IPPAR – DRE, face à eminente derrocada dos cortes.

As unidades estratigráficas correspondiam a depósitos de matriz arenosa, com tonalidades que oscilavam entre o castanho claro e o castanho amarelado, contendo abundantes inclusões pétreas, principalmente elementos de quartzo e quartzito; apresentavam escassa potência sedimentar. A [103], com abundante cascalheira de xisto, tinha porém espessura superior a 1,20m. Consistiam em níveis de revolvimento de entulhos, nos quais se recolheu espólio correspondente aos Períodos Moderno e Contemporâneo. Trata-se de um pacote sedimentar para nivelamento do piso, com 1,50m de altura, destinado à implantação do parque de estacionamento.

Sondagem 2 / 2A

A sondagem localizou-se na encosta junto ao caminho pedonal conducente à Porta de São Sebastião, a Oeste da Torre, mas numa cota bastante inferior relativamente a esta.

A quadrícula possuía um desnível acentuado, que se reflectiu na deposição das camadas, seguindo a inclinação do terreno nas unidades estratigráficas superficiais, regularizando-se nos níveis inferiores, associados à estrutura posta a descoberto. Os níveis arqueológicos sobre o derrube desta, de escassa potência sedimentar, não estavam preservados, apresentando características de uma deposição de vertente, materiais arqueológicos desde a Pré-História Recente ao século XX e abundantes vestígios de bioturbação vegetal e animal. Assim também se observou numa reentrância do afloramento na cota inferior da área sondada [207], onde se destaca a recolha de dois fragmentos de xisto com incisões, correspondendo possivelmente a um tabuleiro de jogo, em clara deposição secundária.

O derrube [204] era constituído por fragmentos de telha, tijolo forrado a argamassa branca e numerosas porções de friso de perfil semicircular, idênticos aos da estrutura, tendo-se

recolhido aqui um ceitel atribuível a D. João II ou D. Manuel I. Esta [203] corresponderia a um tanque, de provável cronologia Moderna, tendo formato quadrangular, desenvolvendo-se para Sul, em área onde foi impossível intervencionar dada a existência de um muro de sustentação de terras (Fig.3).



Fig.3 – Sondagem 2 / 2A – estrutura [203] e derrube [204]

O lado mais bem preservado do tanque (2mx0,60mx0,53m) serviria de banco, sendo forrado a argamassa branca, decorada com um friso de perfil semicircular horizontal e um rebordo de perfil recto; o topo tinha dois encaixes rectangulares, que poderiam servir para assentamento de lajes. No interior do muro dispunham-se telhas paralelas, visíveis devido à deterioração do revestimento, estando o canto sul preenchido por reboco, que anulava o ângulo recto. O outro muro do tanque possuía um aparelho distinto, formado por blocos regulares de xisto e argamassa, em mau estado de conservação e de menores dimensões (0,64mx0,48mx0,32m). A estrutura assentava e encostava ao afloramento rochoso [205], que foi para isso afeiçoado, restando ainda argamassa nele aplicado como reboco. Encontravam-se ainda, assentando directamente sobre o afloramento, várias telhas fragmentadas *in situ*, que terão constituído um elemento estrutural.

Sondagem 3

Em termos estratigráficos esta sondagem permitiu a identificação de uma dinâmica deposicional bem definida, relacionada com os diversos despejos que foram efectuados na encosta mais abrupta do espaço envolvente à torre, a Noroeste. Assim, obedecendo a uma estratigrafia que chega a atingir um declive de 45° nos níveis superiores, mas que posteriormente se regulariza, verificou-se uma clara distinção entre os entulhos de carácter Moderno e Contemporâneo, constituídos por gravilhas e argamassas, e uma sequência de níveis de matriz argilosa contendo graus de compactação distintos até ao afloramento, atribuíveis desde a Idade do Ferro à Idade Média (Fig.4)⁴.



Fig.4 - Sondagem 3 – plano final

Trata-se, pois, da sondagem arqueológica com a maior potência estratigráfica de entre os espaços intervencionados, chegando a atingir os dois metros de profundidade.

Na base da sondagem, assente sobre o afloramento rochoso [310], delimitámos uma estrutura [311] composta por lajes de xisto sobrepostas, com orientação NE-SW. A técnica construtiva foi a da alvenaria seca, trancada lateralmente por lajes em cutelo. O ligante é idêntico ao sedimento da [309], que a cobria, contendo carvão, nódulos de barro cozido e abundante cascalho xistoso, proveniente do desagregamento do afloramento e da destruição de lajes e blocos (Fig.5). Relativamente aos materiais exumados, as camadas superiores são constituídas por espólio Medieval a Contemporânea.

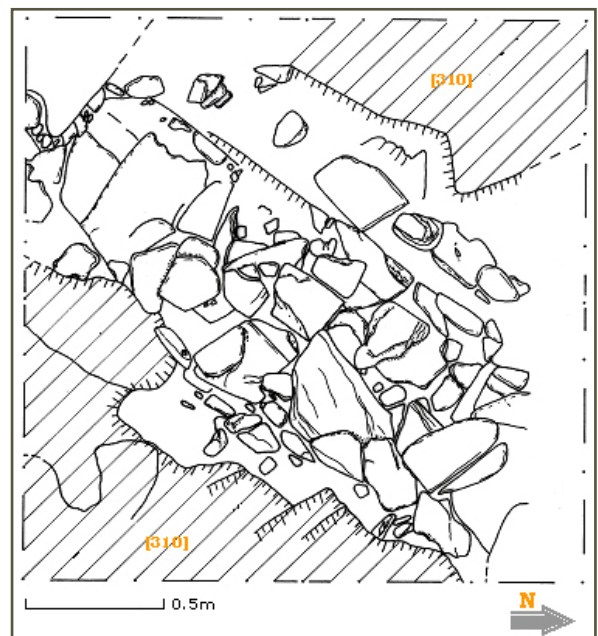


Fig.5 - Sondagem 3 – planta da estrutura

4 - Dada a sequência estratigráfica obtida nesta sondagem procedeu-se à recolha de amostras no corte Sul, sob a forma de uma coluna vertical, com vista à posterior execução de estudos laboratoriais no âmbito das Ciências Naturais. Retiraram-se 29 amostras até à cessação dos níveis argilosos, podendo variar a capacidade cúbica de cada uma de acordo com o tipo de granulometria e inclusões características de cada segmento.

neo, destacando-se um dinheiro de D. Afonso III (Fig.6) e um fragmento cerâmico decorado com reflexo metálico, observando-se frequente presença de cerâmica de construção e alguma fauna mamalógica.



Fig.6 - Sondagem 3, [303] – dinheiro de D.Afonso III



Fig.7 - Sondagem 3, [308] – porção de taça carenada brunida

Os materiais de tipologia Moderna desaparecem a partir da [305], tornando-se inexistente a cerâmica vidrada a partir da [306]. Nos níveis inferiores vai aumentando gradualmente a percentagem de cerâmica de fabrico manual ou a torno lento e com tratamento das superfícies brunidas, caso de uma porção de taça com perfil completo (Fig.7), de cronologia Proto-histórica. Ainda assim, persiste a cerâmica comum pouco característica e rodada, embora claramente pós medieval, até ao nível geológico.

Sondagem 4

Um dos eixos desta sondagem foi encostado à face Sudeste da torre, de modo a permitir a identificação do seu alicerce. Distinguiu-se uma única unidade estratigráfica sedimentar [402], contendo abundantes vestígios de bioturbação de origem animal e vegetal e escassos materiais arqueológicos de cronologia diversa.

A escassíssima potência sedimentar indica que, pelo menos ao nível dos panos exteriores da torre, esta encontra-se directamente assente sobre o afloramento rochoso [403]. Durante a sua edificação a área terá estado sujeita a um arrasamento, destinado à criação de uma plataforma, destruindo quaisquer estruturas pré-existent (Fig.8).



Fig.8 - Sondagem 4 – nível geológico sobre o qual assenta alçado Sudeste da torre

Sondagem 6

Esta foi implantada com um dos eixos paralelo à face Sudoeste da Torre. À semelhança da sondagem 4, verificou-se

que o alçado da mesma assentava directamente no nível geológico, que se encontrava a 23cm da superfície. A potência sedimentar era muito reduzida e foi escasso o espólio exumado. De entre as duas unidades estratigráficas sedimentares identificadas, uma compunha-se de fina camada húmida [601], outra de depósito de tom esbranquiçado [602], possível entulho e/ou vestígio de estaleiro de obras, dada a presença abundante de cerâmica comum e de construção muito fracturada e argamassa (Fig.9).



Fig.9 - Sondagem 6 – nível geológico junto à face Sudoeste da torre

Área 5

Esta resulta da ligação, através de uma sanja, das sondagens 4 e 5, na face Sudeste da torre.

Numa primeira fase foram removidas camadas associadas à construção e campanhas de obras da torre, nomeadamente a [503], de matriz arenosa, muito solta, tom esbranquiçado, com presença ocasional de cerâmica de construção, comum e vidrada, frequentes fragmentos de argamassa de cal e lajes de xisto de média e grande dimensão com vestígios de argamassa.

Seguidamente, registaram-se depósitos de matriz também arenosa, soltos, mas de tons castanho a castanho acinzentado, contendo inclusões de xisto de pequeno e médio calibre e abundante cerâmica comum (superfície brunida e faiança), tijolo maciço, blocos de argamassa e ferro (ex. [504]). Terão constituído deposições ocorridas aquando da construção da torre, com o intuito de nivelar a plataforma onde esta assentou, colmatando uma depressão abrupta no afloramento.

Sob estes entulhos com materiais de várias épocas foi identificada uma estrutura em



Fig.10 - Área 5 – muro de alvenaria e piso em terra batida pertencente a habitação



Fig.11 - Área 5, [556] – real de D. Manuel I



Fig. 12 - Área 5, [559] – pote de inícios do século XVI

alvenaria com vestígios de reboco, certamente uma habitação, a avaliar pelo cuidado pavimento de terra batida associado, cuja portaria para a rua Direita, a via principal da vila (Fig.10). Terá sido abandonada na transição do século XV para o XVI, como se constatou através do espólio exumado, nomeadamente um real de D. Manuel I (Fig. 11) no derrube do muro [556], cobrindo uma camada com ceitis de D. Afonso V [561]. No seu interior, por entre os vestígios do seu telhado derrubado, foram também identificados objectos datáveis dos inícios do século XVI, como um pote [559] (Fig.12), níveis esses assinalados no perfil Este (Fig.13).

De meados do século XX, atravessando perpendicularmente a área, detectou-se o caneiro para águas pluviais em lajeado de xisto a partir da torre e o preenchimento da vala para colocação do mesmo [506].

Área 7

Com 32m², implantada entre os torreões Norte e Oeste da torre, resulta do alargamento da planimetria da estrutura da sondagem 7.

A potência sedimentar desta sondagem demonstrou, à semelhança das restantes intervenções, escassa espessura da camada superficial humosa.

Os níveis registados – [706], [708], [709], [710], [711] – tinham matriz areno-argilosa de tonalidades entre o castanho escuro e o negro, contendo abundantes blocos xistosos de pequeno a grande porte, sem qualquer tipo de ligante ou orientação específica. Correspondiam simultaneamente ao abandono ou destruição da estrutura aqui descoberta e à necessidade de regularização do terreno, através de deposições de entulho, para edificação da torre. Esta sequência das camadas estratigráficas é constituída essencialmente por denso derrube de blocos de xisto pertencentes à referida estrutura, verificando-se alguma homogeneidade nos materiais exumados, não sendo detectáveis intrusões dos períodos Moderno e Contemporâneo abaixo da [702].

O aparelho da estrutura pétreo identificada [707], obedecendo a necessidades de regularização do terreno, era composto por fiadas de blocos de xisto aparentemente sem ligante (registando-se a presença ocasional de granito), que aumentavam de acordo com o desnível topográfico do terreno. O bom estado de conservação do aparelho deve-se ao facto do nivelamento da plataforma para a construção da torre ter implicado a destruição das pré-existências até ao afloramento, ficando esta protegida pelo desnível topográfico do terreno (Fig.14).



Fig.14 - Área 7 – plano final

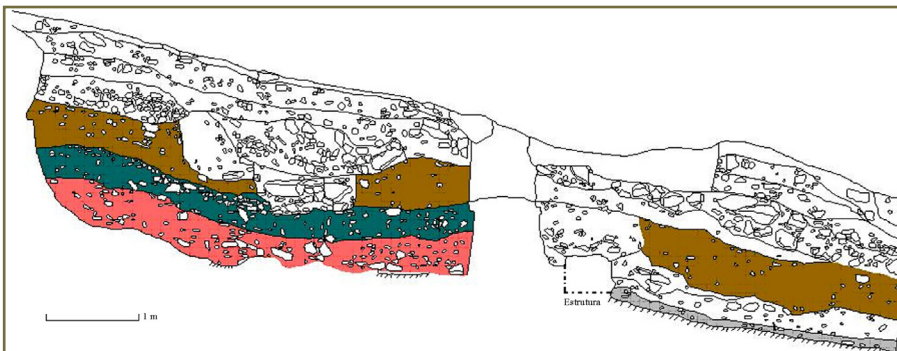


Fig.13 - Área 5 – perfil Este, assinalando-se o abandono da estrutura

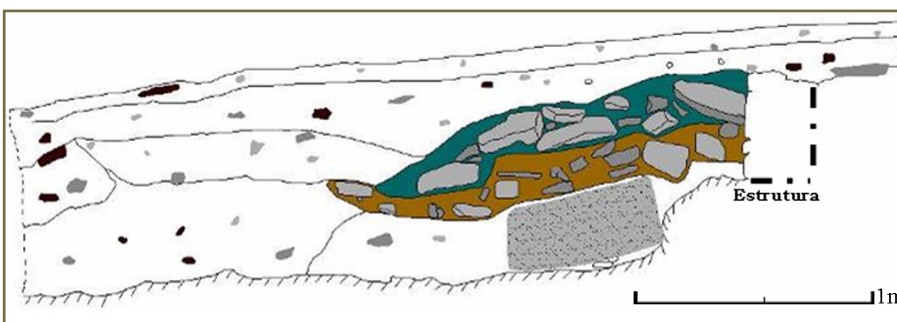


Fig.15 - Área 7 – perfil Este com níveis de derrube assinalados

A estrutura estava adossada e assentava no afloramento [712], que terá sido afeiçoado para a receber. Na zona de contacto com a base, algumas depressões da rocha foram preenchidas com elementos pétreos de pequena dimensão, de forma a regularizar a sua superfície e preparar o assentamento das lajes.

Uma das faces da estrutura segue paralela ao pano da torre, com orientação Sudoeste - Nordeste, formando ângulo de 90° com outro troço, que inflecte novamente para Sudoeste. Dadas as suas características planimétricas, ocuparia uma área abrangendo o topo do cabeço, determinando uma realidade habitacional ou utilitário-espacial.



Fig. 16 - Área 7 – pormenor do perfil Norte com imbrices



Fig. 17 - Área 7 – moeda ibérica cunhada em Sekaisa

Nos níveis de derube da construção (Fig.15) recolheram-se vários fragmentos de *tegulae* e *imbrices* (Fig.16), mas também fragmentos de cerâmica campaniense, *terra sigillata*, um fragmento de ânfora republicana (incorporado na estrutura), um projectil de funda e uma moeda ibérica cunhada na cidade de *Sekaisa*, na Catalunha (Fig.17). A sua integração cronológica situar-se-á nos séculos I a.C. a II

d.C., datando provavelmente o seu abandono deste última centúria.

Perturbando os estratos romanos até ao nível geológico, assinalou-se a existência de uma fossa detritica – [708], [710] e [713] – contendo materiais de cronologia medieval, com maior percentagem de cerâmica comum e de construção, relativamente pouco fragmentada, mas em clara deposição secundária.

4. Acompanhamento arqueológico e intervenções de emergência

Tendo como objectivo a protecção do património na área de intervenção do projecto de requalificação acima citado, fez-se o acompanhamento arqueológico das áreas intervenionadas, o qual, além dos signatários, incluiu como co-responsável Jorge Pinho. Constatou-se de três tipos de trabalhos: o acompanhamento das movimentações mecânicas, a realização de intervenções de emergência e os registos gráfico e fotográfico de estruturas a ser destruídas e/ou restauradas, casos do forno comunal e casa paroquial.

No âmbito do primeiro daqueles trabalhos, o espólio recolhido abrangeu um âmbito cronológico vasto, desde o Neolítico até à Época Contemporânea. A remoção de volumes substanciais de sedimento em diversas áreas, resultantes de intervenções de obra que rondaram os 50cm de profundidade, permitiu a identificação de zonas de maior e menor potencial arqueológico, nomeadamente estruturas habitacionais e concentrações de materiais associados ao elevado desnível topográfico.

Distinguiram-se, então, duas áreas habitacionais actualmente abandonadas: no Largo do Pelourinho, junto à sondagem, que se estenderia para a face Sudeste da torre, e no Largo do Terreiro, a noroeste da torre.

Largo do Pelourinho

A intervenção, embora circunscrita à área de colocação de blocos graníticos, revelou dois muros de alvenaria, aos quais estava associada uma calçada em xisto formando padrão decorativo em espinha (Fig.18), um piso em tijolo e o perfil de paredes, registado no corte Este. Estas indicam uma ocupação deste espaço extensível até ao acesso à Porta do Sol.

O espólio exumado era tipologicamente variado mas escasso, reportando-se aos séculos XIX e XX: vidro de garrafa, cerâmica e uma moeda da Iª República sobre a calçada, datando possivelmente o abandono de uma habitação.

A demolição mecânica do muro delimitando o Largo do Pelourinho para restauro do mesmo permitiu a identificação em corte de mais estruturas habitacionais, assentando sobre o afloramento rochoso, parcialmente demolidas e entulhadas. Numa delas recolheu-se um pequeno jarrinho de cerâmica comum, com o esgrafito “1834” junto ao bordo, sobre a asa, evocando a célebre Convenção de Evoramonte.

A casa paroquial, situada neste mesmo largo e da qual subsiste apenas a fachada novecentista da rua de Santa Maria, não foi intervenionada. No entanto, observou-se na estratigrafia uma camada correspondente à fase de ocupação no interior da habitação, persistindo inclusive um piso. Este último, bem visível no corte Oeste, deverá ter sido destruído ou bastante afectado no corte Sul e, dada a diminuta área removida nos trabalhos de obra, não foi possível detectá-lo. Supõe-se que o abandono e o mau estado de conservação das habitações desta área tenham facilitado o seu arrasamento parcial e aterro das estruturas para instalação do parque de estacionamento, entre as décadas de 40 e 50 do século XX.



Fig. 18 - Estrutura habitacional do Largo do Pelourinho

Largo do Terreiro

As estruturas em alvenaria surgiram neste sector junto ao pano Oeste da muralha, aquando do rebaixamento da área para execução de uma plataforma. Tratavam-se de três muros, dois dos quais perpendiculares na extremidade Norte – [1050] e [1053] –, enquanto outros dois – [1050] e [1051] – são paralelos e têm orientação Norte / Sul, distando entre si 2,93m, espaço parcialmente preenchido com calçada irregular de xisto já muito destruída [1052] (Fig.19). O aparelho



Fig. 19 - Estruturas do Largo do Terreiro

de blocos de xisto e tijolo maciço apresentava-se pouco regular no interior, estava afeiçãoado em ambas as faces e era revestido por uma fina camada de reboco de tom amarelo. Os interstícios estavam preenchidos com fragmentos de cerâmica de construção e, numa das estruturas, foi incorporada uma porção de talha seiscentista fragmentada, contendo uma inscrição, provável marca do oleiro (Fig.20).



Fig.20 - Largo do Terreiro – talha incorporada na estrutura

Dadas as condições da intervenção de emergência não foi possível comprovar a existência de um compartimento de planta quadrangular, certamente de cariz habitacional. No entanto, esta hipótese foi corroborada durante a abertura de uma vala de drenagem, pelo surgimento de uma outra parede [1056] de orientação Este / Oeste que, pelas suas características, se trata da parede mestra. É estruturalmente mais larga e possui o mesmo tipo de aparelho, partindo dela três muros perpendiculares – [1057], [1058] e [1059].

Todas estas estruturas ficaram preservadas, após a sua salvaguarda pelo registo e cobertura com geotextil, dado o alteamento das cotas de afectação relativamente ao inicialmente projectado para o Largo do Terreiro.

Em termos sedimentares distinguimos duas camadas: uma superficial [1054], onde se recolheu espólio descontextualizado que terá rolado pela encosta, atribuível aos séculos XV e XVI; outra, associada às próprias habitações, que não foi possível individualizar planimetricamente dado o carácter mecânico da abertura.

Cisterna e silo

No âmbito do acompanhamento arqueológico foram também identificadas duas estruturas que, por se encontrarem na cota de afectação da obra, foram alvo de intervenção de emergência.

Na base da encosta, junto ao Largo do Pelourinho e próximo do acesso à Porta de São Sebastião, surgiu uma cisterna de planta circular, com 1,5m de diâmetro, construída em tijolo maciço ligado por argamassa de matriz arenosa de grão fino e tom amarelo claro. A boca estava em mau estado de conservação, pois estando praticamente à cota de superfície do terreno foi danificada pelas movimentações mecânicas (Fig.21). O interior da porção es-



Fig.21 - Boca da cisterna

cavada apresentava-se forrado a estuque de tom vinhoso. Estratigraficamente apresentava quatro camadas distintas, sendo que a abundância de blocos xistosos soltos de grande dimensão era comum a todas elas. Pela homogeneidade do espólio terá sido preenchida num curto espaço de tempo, durante o século XVIII.

Por motivos que nos foram alheios, a escavação não foi concluída.

Na encosta Sudoeste foi identificado um silo de boca estrangulada com 90cm de diâmetro e corpo sub-ovóide com 2m de largura máxima (fig.22). No seu interior foram exumadas cerâmicas importadas de Sevilha e da zona de Valência, bem como um espólio numismático coerente, apontando

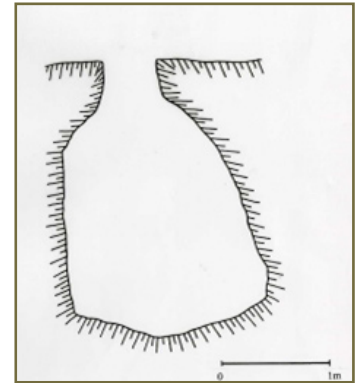


Fig.22 - Perfil do silo

para uma cronologia de entulhamento nos finais do século XV e inícios da centúria seguinte. Recolheu-se também abundante cerâmica comum, na sua maioria de produção na região Nordeste do Alentejo, como comprovam paralelos com Évora e Crato. A descoberta de passadores em T e de requintados objectos de adorno demonstra que, pelo menos uma parte da população de Evoramonte partilhava dos gostos requintados da época e possuía meios para os adquirir (Liberato, 2006, p. 15).

Neste silo foi, igualmente, detectado importante conjunto de fauna mamalógica, ornitológica, ictiológica e malacológica, o qual se encontra ainda em fase de estudo, por Cláudia Costa. Os dados acerca do espectro avícola permitem desde já concluir pela presença de espécies residentes e migradoras, “sugerindo a exploração de ecossistemas diversificados, que se estendem entre os campos abertos e de cultivo, a florestas e áreas húmidas”, afirmando-se a região como uma área propícia à actividade cinegética (Costa, 2006, p. 14).

5. Integração histórica dos achados

Embora o seu estudo ainda não esteja concluído, a implantação das sondagens em pontos-chave, o alargamento em área e os trabalhos de acompanhamento arqueológico materializados nas estruturas e materiais exumados levaram ao estabelecimento de sequências estratigráficas distintas que, tendo em consideração a natureza da intervenção e a visão parcelar que esta implica, nos dão uma visão histórico-arqueológica da ocupação antrópica do ponto mais alto da Serra de Ossa.

A diversidade geográfica e de recursos patente nesta área circunscrita do Alentejo interior determinou, desde momentos pré-históricos, o assentamento de diferentes comunida-

des que, de acordo com o tipo de necessidades – agrícolas, defensivas ou culturais – se terão fixado em Evoramonte, certamente enquadrados por factores favorecendo as condições de defensibilidade e de amplo domínio da paisagem.

Assim, mais que uma caracterização específica das formas de ocupação do espaço, estas considerações são obrigatoriamente de cariz macro-espacial, neste caso referentes ao topo da colina de Evoramonte e face à particularidade das suas condições geomorfológicas e históricas.

O espólio recolhido sugere uma ocupação da área a partir da Pré-História Recente até à Época Moderna, com hiatos nos períodos cronológicos correspondentes à Alta Idade Média e ao domínio islâmico.

A ocupação integrável na Pré-história Recente é por nós atribuída pela recolha de materiais descontextualizados como uma enxó e fragmentos de cerâmica mamilada e unglada. Dadas as condições de defensibilidade e vasto controlo da paisagem, determinados autores remetem para a existência de um povoado fortificado ocupado durante o Bronze Final e Idade do Ferro com contactos com o mundo romano, indicados pela presença de cerâmica campaniense (Calado e Rocha, 1997, p. 103).

Os vestígios arqueológicos são efectivamente mais abundantes para cronologias a partir do Neolítico Final, no entanto a realização de prospecções sistemáticas poderá alterar esse quadro. A presença neolítica, nomeadamente do horizonte megalítico não funerário do eixo Évora-Reguengos de Monsaraz espalha-se pelos concelhos de Mora e Pavia mas com factores distintos (Calado e Rocha, 1996).

As principais referências relativas ao Redondo adiantam uma ocupação mais sistemática do território a partir do Neolítico Final, prolongando-se em determinados assentamentos para o Calcolítico (exemplo do Monte da Ribeira). No que diz respeito à Proto-História, da Idade do Bronze Antigo/Médio até ao Bronze Final, destaca-se o povoado da Fonte Ferrenha e, cingindo-se a este último período o de Monte Real, Monte do Gapete e Monte da Laje.

Relativamente ao povoamento do Bronze Final e abrangendo os concelhos do Redondo, Estremoz, Arraiolos e Alandroal registaram-se numerosos sítios⁵, correspondendo na sua maioria a pequenos povoados fortificados implantados em zonas de cumeada. A par deste tipo de implantação, surgem pequenos núcleos de habitat cujas prospecções sistemáticas poderão traçar uma dispersão das áreas de influência dos povoados de maior expressão. Neste sentido, a colina de Evoramonte é descrita como sendo um “*grande povoado fortificado de cumeada, com cerca de 8-10 ha de área; [cujos vestígios da muralha proto-histórica excedem o circuito do aro medieval]*” (Calado e Rocha, 1996-1997, p. 36).

As estratégias ocupacionais da envolvente territorial do espaço durante a Idade do Ferro dão-se ao nível, quer dos assentamentos de cumeada (como Castelo e São Gens), quer

dos pequenos casais sem quaisquer sistemas defensivos, muitos dos quais reaproveitados em período romano (caso da Quinta do Freixo e do Pomarinho).

Quanto à Idade do Ferro, o Monte do Outeiro inclui-se na categoria das unidades congregadoras, apresentando na fase de declínio importantes referências materiais ao mundo romano. Em termos funerários, identificou-se a necrópole de incineração do Monte das Casas, cujo espólio revelou características atribuíveis à cultura do sul de Portugal, sob a forma de cerâmica de bandas e estampilhada, fíbulas e espadas afalcatadas, entre outros.

De acordo com os dados arqueológicos agora recolhidos, em Evoramonte os vestígios da Idade do Ferro reportam-se já a esta fase mais tardia, estando atestadas ligações, certamente indirectas, com os centros produtores de cerâmica ática. Desta época datará parte de uma estrutura defensiva em xisto, que possivelmente delimitaria a parte mais alta do cabeço.

A esta ocupação sucedeu o domínio romano, sob a forma de uma estrutura pétreia parcialmente arrasada para edificação da torre, cujo espólio – *tegulae*, *imbrices*, cerâmica campaniense, *terra sigillata*, fragmento de ânfora republicana, projectil de funda – remete para o início da presença romana nesta região da Hispânia, em torno do século I a.C.. Este local, à semelhança do que terá sucedido com outras ocupações, era certamente privilegiado para controlar uma das principais vias de comunicação entre Ebora a Emérita, caminho que se terá mantido activa durante a Idade Média e Moderna (Mercadal, 1952; Espanca, 1965-1967), e cujo traçado corresponderá provavelmente à actual ligação viária entre Évora e Estremoz. Os dados arqueológicos são insuficientes para determinar o seu tipo de assentamento, embora se possa admitir um estacionamento militar no cabeço. Este horizonte cultural terá findado em torno do século II d.C..

O território circundante, correspondente ao concelho do Redondo, foi densamente povoado nesta época, factor coadjuvado pela presença de rede viária e boas condições em termos agrícolas, potenciando o surgimento de *villae*⁶ e pequenos casais. Em termos materiais, não foram recolhidos nestes sítios rurais quaisquer fragmentos de cerâmica campaniense, ao contrário do sucedido em Evoramonte. A preponderância romana estende-se pelo concelho do Alandroal, com bons acessos e recursos naturais, nomeadamente minérios.

A ausência de ocupação islâmica nesta intervenção pode justificar-se pelo facto de, até à conquista de Évora, os pontos de contacto e conflito com as unidades políticas cristãs definirem-se sempre bastante mais a Norte, pelo que as potencialidades defensivas da colina de Evoramonte não teriam interesse estratégico para os senhores do Al-Andalus. Assim, o possível armamento da colina durante cerca de 1000 anos, entre o final da presença romana e o “repovoamento” de D. Afonso III, indiciado pelos dados arqueológicos actuais, poderá ter ficado a dever-se aos seguintes factores,

5 - Como os de São Bartolomeu do Outeiro, Padrão, São Jeães 2, São Pedro, Martes, Pardieiro, Sobral, Jarro, Pardieiros, Moinho do Freixial, Moinho do Lucas, Fonte Ferrenha, São Gens, Mocissos, Mendro, Alto Castelinho da Serra, Castelo Velho do Lucefece, Castelo do Geraldo e Coroa do Frade.

6 - Como as de Adaval, Monte da Igreja, Quinta do Freixo, Azinhalinho, Paredes de Baixo e Monte das Casas.

referidos em várias fontes documentais: o difícil acesso, o rigor dos elementos naturais e a falta de água.

Com o *terminus* da conquista do Algarve, aquele monarca empenhou-se em afirmar os limites da sua soberania face a Castela (Andrade, 2001), sendo a outorga de foral um instrumento profícuo na afirmação do poder régio (Mattoso, 1986). Dotando Evoramonte de foral, em 1271, garantia a criação de um ponto defensivo de segunda linha, no corredor limitado pela Ribeira da Alcaravissa e a Serra de Ossa, onde passava a mencionada via romana, que constituía percurso preferencial para as incursões castelhanas desde Badajoz e em direcção à cidade que, a breve trecho, se tornaria a segunda em importância político-administrativa do Reino, Évora.

O ressurgimento da ocupação na colina de Evoramonte parece, assim, relacionar-se com a sua afirmação enquanto ponto militar fundamental da defesa da fronteira de Portugal, materializado na construção da cerca por D. Dinis (Barroca, 2000, p. 1294). Boa parte deste sistema defensivo persiste nos nossos dias, nomeadamente as suas cinco portas, uma das quais um Postigo, as quais integram um complexo de características góticas, sendo a principal, de acesso a Évora, a do Freixo, a Porta de S. Sebastião, a Porta de São Brás e a Porta do Sol ou da Vila.

Privilegiando mestriais e judeus (Coelho e Homem, 1996, p. 279 e 364), o foral denotava um esforço no sentido de tornar atractivo o povoamento de um ponto algo inóspito, que tudo indica ser ciclicamente abandonado ao sabor das conjunturas sociais, políticas e estratégicas que ocorrem na região, desde o Período Pré-romano até à Idade Média.

No Período Moderno, os destinos da vila estão intimamente ligados aos da Casa de Bragança, tornando-se a silhueta da torre seu símbolo paradigmático. Situado num dos pontos mais elevados do extremo ocidental da cordilheira da Serra de Ossa, a torre ou Castelo de Evoramonte possui uma situação de excepção de vasto domínio visual sobre a paisagem. Atribuído aos irmãos Francisco e Diogo de Arruda, a sua arquitectura terá sido inspirada em protótipos italianos, tratando-se de um monumento único em termos de tipologia militar no século XVI em Portugal. Após o demolidor terramoto de 1531, ao Paço de Evoramonte, assim designado após o duque de Bragança D. Jaime empreender obras de recuperação na estrutura da torre, foram adossados cinco baluartes ultra-semicirculares à cerca da vila, adaptados à recente introdução da artilharia.

A intervenção provou que a torre assentava directamente sobre o afloramento, pelo menos nos panos Noroeste, Sudoeste e Sudeste, tendo arrasado a estrutura pré-existente na face Noroeste, adossada à rocha-base. Em torno da torre registaram-se, no topo das sequências estratigráficas, dois tipos de realidades: camadas superficiais, cuja potência variava entre os 20 e os 60 cm, com sedimento de matriz arenosa muito solta, abundantes vestígios de bioturbação vegetal e fragmentos de cerâmica comum e de construção abrangendo um largo espectro cronológico; níveis inferiores, de entulhos e aterros, contendo abundante cerâmica comum

e de construção muito fracturada, associados às campanhas sucessivas de reconstrução e obras da torre. Foi assim possível determinar o maior ou menor grau de revolvimento das áreas limítrofes, seja ele sob a forma de entulhamento ou outro tipo de alterações antrópicas.

Em termos geológicos, a elevada irregularidade topográfica da superfície, caracterizada por cortes abruptos e bolsas, designadas por “*armadilhas sedimentares*”, leva a uma imprevisibilidade de cálculo não só da potência estratigráfica da área, bem como propicia a acumulação frequente de materiais diversos provenientes de escorrência.

Em termos urbanísticos, a vila sofreu alterações na sua morfologia nestes inícios da Idade Moderna. Ficou bastante condicionada e alterada pela construção de prestígio da Casa de Bragança e as habitações passaram a estar estruturadas em função da localização da torre. Como se comprovou na área 5, terá mesmo ocorrido um despovoamento do eixo da estrutura urbana, a via conducente da Porta do Freixo à Porta do Sol (Rua de Santa Maria, antiga Rua Direita), em data próxima da construção da torre.

Na realidade, ter-se-á assistido a partir desta centúria a um processo de despovoamento da vila, visível no registo arqueológico pelo abandono de uma área habitacional junto à Porta de S. Sebastião e ao pano Oeste da muralha, cuja incorporação na estrutura de talha com inscrição data este mesmo processo. Refira-se a concentração de materiais junto à cortina Norte e Oeste da muralha, certamente ocasionada não só pela anterior urbanização do espaço, mas também pelo acentuado desnível da encosta, propiciador do rolamento de materiais.

A decadência da vila terá prosseguido no século XVII, não tendo esta sido definitivamente adaptada aos desafios das armas de fogo, tornando-se as antigas muralhas demasiado frágeis para a artilharia pesada agora utilizada, como aconteceu nas vizinhas Estremoz e, sobretudo, Elvas.

A existência de uma cisterna, entulhada no início do século XVIII, certamente por não ser necessária a uma população em decréscimo, a par das restantes duas que já se conhecem na vila relembram a persistência, mesmo no período Moderno, da dificuldade de acesso à água potável que ainda hoje se faz sentir.

Já no século XIX, em 1834, foi ali assinada a Convenção de Evoramonte, que pôs fim à guerra civil entre liberais e absolutistas, data essa gravada num pequeno púcaro em cerâmica, exumado durante a intervenção no Largo do Pelourinho. O declínio demográfico que anuncia já a sua decadência enquanto unidade político-administrativa culminará com a extinção do concelho em 1855.

A tendência de abandono acentua-se no século XX, tendo sido referenciada arqueologicamente no abandono da habitação do Largo do Pelourinho, datada com moeda da Iª República recolhida sobre a calçada, destino que terão conhecido as demais nesta área nas décadas seguintes, posteriormente aterradas para parque de estacionamento.

Bibliografia

- ABAD CASAL, L.; GUTIERREZ LLORET, S. (2002) - Fortificaciones urbanas altomedievales del Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete, España): el baluarte occidental. *Actas do Simpósio Internacional sobre castelos: Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Câmara Municipal de Palmela \ Edições Colibri, p. 133-144.
- ALCOFORADO, M. J. e TABORDA (1996-1997), J. P. - O clima de Évora. Contrastes térmicos locais. *A Cidade de Évora*. Évora. 2^{as.}, 2, p. 507-531.
- ANDRADE, A. A. (2001) - Fronteira e rede urbana: um aspecto da estratégia régia de consolidação do espaço do Portugal Medieval. *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 24-50.
- BARROCA, M. (2000) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BILOU, F. (2000) - Testemunhos arqueológicos da rede viária romana na região de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora. 2^{as.}, 4, p. 143-168.
- CALADO, M. (1993) - *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. (2001) - *Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) - *Carta Arqueológica do Redondo*. Redondo: Câmara Municipal do Redondo.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (1996) - Neolitização da Alentejo Interior: os casos de Pavia e Évora. *Rubicatum, Revista do Museu de Gavá*. Barcelona. 2, p. 673-678.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (1996-1997) - Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central. *A Cidade de Évora*. Évora. 2^{as.}, 2, p.35-56.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (1997) - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz. 1, p. 99-130.
- CARVALHOSA, C.; GONÇALVES F.; OLIVEIRA V. (1987) - *Notícia Explicativa da Folha 36-D Redondo*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- COELHO, M. H. da C., HOMEM, A. L. de C. (coord.) (1996) - *Portugal em definição de fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*, vol. III, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença.
- COSTA, C. (2006) - *A Fauna Avícola Tardo-Medieval de Evoramonte. Aspectos Económicos e Considerações sobre Integração Ecológica*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz (Cadernos de Estremoz, nº2).
- DOMÍNGUEZ BOLAÑOS, A.; NUÑO GONZALÉZ, J. (2002) - Aspectos militares del castro del Cristo de San Esteban, em Muelas del Pan (Zamora), un asentamiento en la frontera suevo-visigoda. *Actas do Simpósio Internacional sobre castelos: Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Câmara Municipal de Palmela \ Edições Colibri, p. 105-120.
- ESPANCA, T. (1965-1967) - Viagem da Princesa D. Maria de Portugal em 1543, pela província do Alentejo. *A Cidade de Évora*. Évora. Ano XXII-XXIV, nº48-50.
- Évoramonte: A Fortaleza. Monografia. Catálogo de Exposição de Fotografia* (1989). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- FREIRE, A. B. (1906) - Povoação de Entre Tejo e Guadiana no XVI século: Terras da Coroa e do Ducado de Bragança. *Arquivo Historico Portuguez*. Lisboa. 4, p. 330-363.
- GONÇALVES, F. (1970) - *Notícia Explicativa da Folha 36-B Estremoz da Carta Geológica de Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (2002) - La fortificación prefeudal en el norte peninsular: castros e recintos campesinos en la Alta Idade Media. *Actas do Simpósio Internacional sobre castelos: Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Câmara Municipal de Palmela \ Edições Colibri, p. 19-28.
- LIBERATO, M. (2006) - *Imagens de Evoramonte Tardo-Medieval. Materiais e Quotidianos*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz (Cadernos de Estremoz, nº1).
- MATTOSO, J. (1986) - *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, II (Composição).
- GARCIA MERCADAL, J. (1952), *Viajes de extranjeros por España e Portugal desde los tiempos más remotos hasta fines del siglo XVI*. Madrid: Aguilar.
- ROCHE, A. J.; RIBEIRO, L.; VAULTIER, M. (1968) - L'Industrie do Gisement d'Évoramonte (Alentejo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3^{as.}, II, p.7-14.
- VASCONCELOS, J. L. (1918-1922) - Antiquilhas de Evoramonte. *Archeólogo Português*. Lisboa. XXIII, p.78-81.
- VASCONCELOS, J. L. (1921-1922) - Informação numismática. *Archeólogo Português*. Lisboa. XXV, p.190.